



INTERVENÇÃO DE SUA EXCELÊNCIA
A SECRETÁRIA DE ESTADO ADJUNTA E DA JUSTIÇA
MARIA CLARA FIGUEIREDO

22.º Congresso Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses

15H30

Centro de Congressos do Estoril, 17.10.2024



Senhor Diretor Nacional da Polícia de Segurança Pública,

Senhor Major Bruno Esteves, em representação do Comandante Nacional da Guarda Nacional Republicana,

Senhor Bastonário da Ordem dos Médicos,

Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal de Cascais, em representação do seu Presidente,

Senhor Presidente do Conselho Diretivo do Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses,

e permita-me, em seu nome, estender os meus cumprimentos aos distintos dirigentes de instituições de Medicina Legal de Angola, do Brasil, de Cabo Verde, da Guiné-Bissau, de Moçambique e de São Tomé e Príncipe, países nossos amigos, sejam muito bem-vindos,

Estimados Dirigentes,

Distintos Convidados,

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

A Medicina Legal e as Ciências Forenses, há muito que desempenham um papel de grande relevo para a sociedade.

E se há quem não se dê conta disso, não é por distração, ou por falta de atividade no Instituto: é porque o serviço que presta é um serviço público silencioso por natureza, reservado por obrigação, pouco mediático por opção.

Diria mesmo que, se não ouvimos falar da Medicina Legal é porque, está tudo a correr dentro da normalidade.

Mesmo em acontecimentos muito mediáticos – como em acidentes, crimes ou tragédias naturais – a Medicina Legal é a parte silenciosa do processo: os seus técnicos

e especialistas trabalham sem hora marcada, de dia e de noite, ao fim-de-semana, para que os corpos das vítimas possam ser entregues aos seus familiares.

A Medicina Legal é imprescindível para as pessoas em circunstâncias difíceis como as que citei, mas também para o sistema de Justiça.

Os Tribunais e as autoridades policiais apoiam-se no rigor científico da Medicina Legal para fundamentar, com segurança e solidez, muitas das suas decisões.

O Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses tem cumprido a sua missão com base nesses princípios, como tem trabalhado para garantir a qualidade dos seus serviços.

Os esforços de formação, de estudo e de atualização ou fixação de normas técnico-científicas, através da realização de cursos, de reuniões científicas são de incentivar. Saúdo, também, por isto, este Congresso no qual tenho o gosto de participar.

Apesar dos desafios, como o aumento progressivo no número de perícias realizadas, o Instituto tem sabido reduzir, nos últimos anos, as pendências acumuladas.

Ainda há poucos anos, os atrasos nas perícias eram um problema recorrente. Apraz-nos registar que as queixas e reclamações sobre atrasos no envio dos relatórios médico-legais se reduziram drasticamente.

Apesar da complexidade de muitas das perícias e da frequente dificuldade na obtenção de informações clínicas, o empenho dos profissionais do Instituto permitiu uma redução de quase 90% nas pendências desde 2016*, continuando o esforço de recuperação.

Em reconhecimento desse trabalho, o Ministério da Justiça e o Governo expressam a sua gratidão aos profissionais deste Instituto.

Mas não é apenas com palavras que este Governo pretende apoiar o Instituto de Medicina legal e Ciências Forenses. O nosso apoio manifesta-se principalmente em ações, não obstante o pouco tempo em funções.

Salientamos ter sido autorizada com celeridade a entrada dos novos médicos especialistas no mapa do Instituto. Estão a ser analisadas as propostas que nos foram apresentadas, concretamente:

- De extinção da carreira médica de medicina legal e de transição dos médicos para a carreira especial médica;
- De revisão das carreiras de especialista superior de medicina legal e de técnico-ajudante de medicina legal;
- De atendimento dos pedidos de promoções, bem como dos pedidos de realização de concursos externos para técnicos-ajudantes de medicina legal.

O Ministério tem acompanhado o projeto das novas instalações da Delegação do Norte, há muito necessárias para uma adequada prestação pericial à população da região.

E também temos apoiado o Instituto no âmbito dos projetos de modernização dos serviços, que, entre muitas outras medidas, incluem a aquisição de equipamentos para autópsias virtuais, ou iniciativas relacionadas com a digitalização e interoperabilidade dos serviços.

A acrescentar aos cerca de oito milhões de euros de investimentos no âmbito do PRR, já este mês foi publicado um aviso/convite para o projeto do Fundo de Segurança Interno de quase seis milhões e meio de euros, dos quais quase cinco são financiamento europeu.

Estamos a falar de investimentos que vão beneficiar a atividade pericial do Instituto. Em retorno, o Governo conta com o Instituto e confia nas suas capacidades de execução dos projetos.

Um novo desafio foi agora lançado com a recente publicação da portaria que regulamenta as comunicações eletrónicas, nos termos da qual os Tribunais Judiciais, os Tribunais Administrativos e Fiscais e o Ministério Público vão passar a comunicar por via eletrónica com o Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, sempre que requisitem exames e perícias no âmbito de processos jurisdicionais.

Ao racionalizar recursos humanos e financeiros, estamos a ganhar a luta por uma Justiça mais rápida e mais eficaz.

A comunicação eletrónica entre os Tribunais, o Ministério Público e o Instituto de Medicina Legal vai reduzir a intervenção dos oficiais de justiça no envio de ofícios, aumentando a celeridade processual.

Por outro lado, o Instituto de Medicina Legal passa a poder aceder de forma mais imediata aos pedidos e à informação judicial necessária, racionalizando os seus recursos humanos.

Muitas mudanças estão em curso, mas, apesar de todas as inovações tecnológicas, são os profissionais que garantem a qualidade dos serviços prestados e o funcionamento da instituição.

O Ministério da Justiça confia nesta equipa de médicos, especialistas superiores de medicina legal, técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica, técnicos-ajudantes de medicina legal, psicólogos, informáticos, técnicos superiores, assistentes técnicos e assistentes operacionais, entre outros, que prosseguem a missão do Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses.



Saúdo todos os presentes e muito particularmente os especialistas e dirigentes dos serviços médico-legais dos países de língua portuguesa, reafirmando o apoio do Ministério da Justiça à Rede de Serviços Médico-Legais e Forenses de Língua Portuguesa.

Incentivamos as iniciativas de promoção e partilha de conhecimentos e experiências com vista à contínua melhoria da atividade pericial no espaço lusófono.

Desejo a todos os presentes um excelente congresso.

Maria Clara Figueiredo

****Só faz fé a versão efetivamente dita***